

# MPMA traçou ações de combate a aglomerações

Em reunião realizada ontem, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, o **Ministério Público** do Maranhão reuniu representantes do Governo do Estado, Defensoria Pública, Famem, representantes de bares, restaurantes, profissionais de eventos e de cerimonial para debater novas medidas a fim de evitar aglomerações no Maranhão,

# MP vai fiscalizar eventos irregulares em todo Maranhão

Também ficou acertado que o Poder Executivo vai intensificar a fiscalização, junto com o **Ministério Público**, para coibir eventos irregulares em todo o Maranhão. O novo ato normativo deve ser expedido até o dia 1º de fevereiro pelo Governo do Maranhão. A reunião contou, ainda, com a participação de representantes da Vigilância Sanitária Estadual e Secretaria de Saúde.

# Antes tarde do que nunca... - ESTADO MAIOR

## ESTADO MAIOR

O **Ministério Público** Estadual reuniu representantes do governo estadual, Defensoria Pública, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e empresários do setor de entretenimento e serviços. A ideia é buscar protocolos que evitem aglomerações em bares, restaurantes, eventos como casamentos, aniversário.

Ficou acertado que os empresários apresentariam sugestões - baseadas nas regras sanitárias - que possam garantir o funcionamento das casas de eventos, dos bares e restaurantes e assim garantir que o segmento econômico não acumule mais prejuízos.

A iniciativa é muito válida. No entanto, não há como deixar de questioná-la porque somente agora o MP e demais órgãos públicos decidiram se manifestar e buscar desoluições para evitar que a contaminação pela Covid-19 volte a crescer.

Há menos de quatro meses, estes mesmos órgãos poderiam ter reunido partidos políticos e candidatos para discutir a realização da campanha eleitoral. Mas não o fez.

O governo jogou para a Justiça Eleitoral, que devolveu a bola e que logo foi repassada ao **Ministério Público** que confessou, na época, não ter como fiscalizar porque seria algo a ser feito pela Vigilância Sanitária, que nunca fiscalizou.

No fim de tudo, nas eleições nada foi feito para evitar aglomerações. No Carnaval há o sentimento para que não se repita o que ocorreu na campanha eleitoral.

Antes tarde do que nunca.

As consequências Mas vale lembrar que as consequências da não fiscalização de aglomeração na campanha eleitoral de 2020 existem.

Mais pessoas contaminadas e entre elas, três candidatos à Prefeitura de São Luís e uma candidata a vice.

E a maior das consequências que é o descrédito dos órgãos públicos para exigir cumprimento de normas sanitárias.

Compras Apesar de abrir a possibilidade de compra, de forma autônoma de doses, o secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula, ratificou a posição do governo local de que a obrigação para a compra da vacina contra o coronavírus é do Governo Federal.

No entanto, o gestor não explicou em detalhes sobre o porquê do estado, por exemplo, não adquirir doses em conjunto com a União.

Segundo Lula, a compra pelo Maranhão depende do desenrolar das negociações com o mercado internacional.

Providências A relação entre Estado e Prefeitura de São Luís durante a vacinação, que estava enfrentando abalos, ganhou novo capítulo com medida recente do governo maranhense.

A Secretaria Estadual encaminhou ofício à pasta municipal requerendo providências para o que chamou de "aglomerações" no Centro de Vacinação.

Apesar da cobrança, justa por sinal, a SES não ofereceu nenhuma solução ao Município, o que não condiz com os preceitos de colaboração mútua.

Nada bom Desde o começo da pandemia, os secretários Carlos Lula (Estado) e Joel Nunes Júnior (São Luís) da saúde mantém relação apenas protocolar.

Não foram poucas às vezes em que Lula deixou Nunes Júnior esperando "por um bom tempo" acerca de informações da campanha.

O clima ficou ainda mais conturbado com a "demora" na liberação pelo Estado das vacinas AstraZeneca, que chegaram ao Maranhão no domingo, 24, e somente foram repassados ao Município na terça-feira, 26.

Não seguiu Pelo jeito, a Prefeitura não seguiu as recomendações do Governo e no início da noite de ontem em suas redes sociais anunciou a ampliação do público-alvo da campanha de vacinação de combate à Covid-19.

A partir de hoje, profissionais de 35 a 39 anos serão

vacinados. O público será contemplado até a próxima segunda-feira, 1º, e seguirá o mês de nascimento do (a) funcionário (a) em tabela estabelecida.

Ainda sobre a recomendação da SES, até o fechamento da coluna, o Município ainda não havia sido notificado.

Todos querem Há um movimento interno no PT do Maranhão em busca de espaços no governo estadual.

Pelo acordo entre os petistas e o PCdoB, o PT tem vaga garantida na equipe de Flávio Dino.

Acontece que tem mais petistas querendo o espaço do que vaga na equipe do governador.

E MAIS Mas pelo acordo de 2020, o nome do PT a compor a equipe de Flávio Dino é o ex-vereador e presidente municipal do partido, Honorato Fernandes.

O governador ainda não disse qual será o espaço a ser ocupado por Fernandes. A direção nacional do PT aguarda pelo cumprimento do acordo.

Se levar em consideração a data prevista para a conclusão da reforma administrativa, Dino terá até o fim desta semana para cumprir o acordo com os petistas. Mas isto, se Márcio Jerry deixar também.

# Novo protocolo de funcionamento para bares e restaurantes será editado no Maranhão

Em reunião realizada nessa quarta-feira (27), na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, o **Ministério Público** do Maranhão reuniu representantes do Governo do Estado, Defensoria Pública, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), empresários, representantes de bares, restaurantes, profissionais de eventos e de cerimonial para debater novas medidas a fim de evitar aglomerações no Maranhão, especialmente no período de carnaval. O objetivo é prevenir a disseminação de novos casos de Covid-19, com a adoção de protocolos que evitem as aglomerações.

"A Covid está assolando este país de Norte a Sul. Então, em um novo momento da pandemia, é necessário tomar medidas para lutar pela saúde e pela vida da população maranhense e ao mesmo tempo preservar a atividade econômica e evitar o desemprego", destacou o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau.

Após uma série de debates, com participação do Sindicato dos Bares de São Luís, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Maranhão, ficou acertado que os representantes dessas categorias vão se reunir com o Executivo estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia, para sugerir protocolos de funcionamento, seguindo as normas sanitárias, para que o Governo do Maranhão edite novo ato normativo disciplinando o funcionamento de tais estabelecimentos.

Também ficou acertado que o Poder Executivo estadual vai intensificar a fiscalização, junto com o **Ministério Público**, para coibir eventos irregulares em todo o Maranhão. O novo ato normativo deve ser expedido 1º de fevereiro pelo Governo do Maranhão. "Nós iremos reavaliar os protocolos existentes hoje para o funcionamento de determinados segmentos e vamos agir com muito zelo para garantir a vida e a economia do nosso estado", afirmou o secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo.

A opinião é compartilhada pelo prefeito de Tuntum e representante da Famem, Fernando Pessoa, ao enfatizar o trabalho do **Ministério Público** em buscar alternativas para enfrentar esse momento da pandemia. "O **Ministério Público** tomou a iniciativa

para fazer o que precisa ser feito no Maranhão, em um momento muito difícil.

É preciso um diálogo e um entendimento para resolver toda essa problemática".

No mesmo sentido, o defensor-geral do Maranhão, Alberto Bastos, enfatizou que o distanciamento precisa ser mantido e a saúde dos cidadãos assegurada. "É preciso manter os empregos e, principalmente, resguardar a vida de todos".

A reunião contou ainda com a participação de representantes da Vigilância Sanitária Estadual e Secretaria de Estado da Saúde.

Do **MPMA**, estiveram presentes a corregedora-geral, Themis Pacheco; e os promotores de justiça Elizabeth Albuquerque Mendonça e Herbeth Figueiredo (**Defesa da Saúde** de São Luís); Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial); Reinaldo Campos (Raposa), Joaquim Souza Júnior (Assessoria do PGJ), Carlos Henrique Vieira (Secretaria de Planejamento e Gestão) e Alessandra Darub (Corregedoria).

# COVID-19 - MPMA reúne municípios no Sul do Estado para reforçar Recomendação sobre comemorações carnavalescas

O **Ministério Público** do Maranhão reuniu os municípios do Sul do Estado para reforçar a Recomendação que orienta os gestores a não realizarem festividades carnavalescas por conta da pandemia da Covid-19. A reunião foi convocada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco, Eduardo André de Aguiar Lopes, e pelo titular da Promotoria de Justiça de Montes Altos, José Artur Del Toso Júnior.

Participaram do encontro os prefeitos de Ribamar Fiquene, Cociflan Silva do Amarante; de Porto Franco, Deoclides Macedo; de São João do Paraíso, Roberto Régis; a vice-prefeita de Campestre, Natália do Afonso; a prefeita de Lajeado Novo, Ana Lea; o presidente da Câmara de Vereadores de Porto Franco, Josivan Nogueira da Silva, além de representantes da Polícia Militar e demais pastas do Executivo e Legislativo.

O **promotor de justiça** Eduardo André comentou aspectos da segunda onda de Covid-19 no mundo, além de detalhes da Recomendação expedida pelo **Ministério Público** com orientações para os municípios não realizarem eventos festivos no período carnavalesco. Também comentou a respeito do Decreto Governamental nº 36.462 de 22 de janeiro de 2021, suspendendo as comemorações no Estado.

O titular de Montes Altos, Artur Del Toso, disse que entende a pressão que os gestores municipais devem sofrer para abertura do comércio local. No entanto, citou a grave situação que a cidade de Manaus passa por conta das altas taxas de transmissão e da falta de estrutura para lidar com os prejuízos da pandemia, como a escassez de oxigênio, o que resulta em muitas mortes.

Os representantes do **Ministério Público** sugeriram que os gestores realizem campanhas de conscientização nos meios de comunicação disponíveis.

Além do trabalho de conscientização, todos os presentes discutiram métodos para evitar aglomerações nas datas festivas, tanto com formas de prevenção quanto de fiscalização.

O Município de Porto Franco relatou que possui centro de referência para tratamento de Covid-19 que também atende a municípios da região. A cidade atualmente contabiliza 25 casos confirmados de pessoas infectadas por coronavírus e uma internação. (Iane Carolina / CCOM **MPMA**)

**Site:** <https://oprogressonet.com/edicao-digital/207/o-progresso--28-de-janeiro-de-2021>

# MPMA recomenda cancelamento do Carnaval e outros eventos durante a pandemia em Arari

O **Ministério Público** do Maranhão emitiu uma **Recomendação ao Município de Arari** para evitar a realização de eventos que possam gerar aglomeração de pessoas durante o período da pandemia do novo coronavírus, bem como para se abster de promover o Carnaval em 2021.

(José Luís Diniz / CCOM-**MPMA**)

**Site:** <https://oprogressonet.com/edicao-digital/207/oprogresso--28-de-janeiro-de-2021>

O documento encaminhado diretamente ao prefeito Rui Fernandes Ribeiro Filho recomenda a revogação de qualquer alvará de festa, show ou de eventos similares, eventualmente expedido, "impedindo sua realização, por meio da utilização do poder de polícia, e com uso da força pública, em caso de desobediência".

De autoria da titular da Promotoria de Justiça de Arari, Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, a Recomendação requer, ainda, ao Executivo municipal que se abstenha de conceder novos alvarás de festas e de realizar shows ou eventos similares, com previsão de grande aglomeração de pessoas, enquanto perdurar, no Brasil, a classificação da Covid-19 como pandemia.

Também foi recomendado ao delegado de Arari que se abstenha de conceder novas licenças ou revogue aquelas já eventualmente concedidas para a realização de eventos festivos.

O documento do **Ministério Público** sugere, ainda, que o Município de Arari divulgue "amplamente, nos meios de comunicação acerca dos cancelamentos que vierem a ser concretizados, nos termos da Recomendação, a fim de cessar o incentivo e o fomento à aglomeração de pessoas".

**ARGUMENTAÇÕES** Como argumentos para defender o teor da Recomendação, a promotora de justiça de Arari citou dados epidemiológicos que indicam uma segunda onda de alastramento do novo coronavírus no país, tal qual já se observa em países da Europa, que já reeditaram medidas de contenção.

Também foi feita referência ao Decreto nº 36.462, de 22 de janeiro de 2021, o qual suspende, no Estado do Maranhão, as atividades festivas durante o período carnavalesco no ano de 2021 devido à pandemia.

# Quem furar fila de vacina contra Covid-19 pode ser preso

As pessoas que fraudarem o processo de imunização contra Covid-19 poderão responder criminalmente e receberem pena de três meses a um ano de prisão.

O **Ministério Público** investiga denúncias de irregularidades na distribuição de doses e desvios de vacina em pelo menos oito estados brasileiros. A principal suspeita é que pessoas estão furando a fila de vacinação.

No Maranhão, O **Ministério Público** do Estado está fiscalizando o processo de vacinação contra o novo coronavírus em todo estado e apura denúncias .

Ja existe proposta que prevê penalização pra quem furar fila, com definição de delito correspondente ao crime de corrupção ativa e

fraudes, tipificando o delito fura fila como corrupção ativa, onde cabe punição.

Além disso, a proposta indica punição mais rigorosa em casos que as pessoas se utilizam de sua condição pessoal para benefício próprio ou de terceiros e para agentes públicos que colaborarem ou compactuarem com as irregularidades.

Na última segunda-feira (25), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a vacinação em massa é de extrema importância para a retomada do crescimento econômico.

Além disso, o ministro ainda rebateu as críticas de que o governo brasileiro não negociou com outros fabricantes de vacinas.

**Site:** <https://arimateiajr.com/noticia/887903/quem-furar-fila-de-vacina-contracovid-19-pode-ser-preso>



# CARNAVAL 2021: MPMA realiza reunião e discute medidas contra aglomerações

Nesta quarta-feira (27), o **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) realizou uma reunião para tratar de medidas contra aglomerações, evitando propagar a Covid-19 no estado durante o Carnaval .

A reunião agrupou representantes do Governo do Estado, Defensoria Pública, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), empresários, representantes de bares, restaurantes, profissionais de eventos e de cerimonial na sede da Procuradoria Geral de Justiça.

Os protocolos discutidos se preocupam em evitar o crescimento do número de casos, visto que estes têm aumentado ao redor de todo o país. Foram reunidos os representantes para que, ao passo que se possa dialogar sobre as medidas, também sejam ponderados a preservação dos empregos e da atividade econômica neste período carnavalesco.

Ao final do encontro, foram decididos que os representantes do Sindicato dos Bares de São Luís, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Maranhão irão se reunir com o Poder Executivo do estado, a fim de haver a possibilidade de abordar sugestões sobre protocolos que respeitem regras sanitárias e que possa haver a alteração do novo ato normativo mediante essas questões.

Além disso, o Executivo estadual e o **Ministério Público** do Maranhão ficarão responsáveis pelo maior nível de fiscalização nesta época.

O **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) publicou uma nota a respeito dos resultados e discussões ocorridos na reunião desta quarta em seu site oficial.

Leia a nota na íntegra abaixo:

**Site:** <https://arimateiajr.com/noticia/887901/carnaval-2021-mpma-realiza-reuniao-e-discute-medidas-contras-aglomeracoes>

# MP-MA orienta Governo do Estado a atualizar protocolos de segurança com segmentos de economia

**Paulo Roberto**

Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, a Secretaria de Indústria, Comércio e Energia (Seinc), representando o Governo do Maranhão, foi convocada pelo **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) para debater sobre a atualização dos protocolos sanitários no atual momento, levando em consideração o aumento do número de casos de coronavírus em todo o país.

A reunião contou com representantes do MP-MA, da Seinc, da Defensoria Pública do Estado (DPE-MA), da Vigilância Sanitária Estadual, da Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão (PGE-MA), da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), entre outras entidades.

Durante a reunião, foram analisados dados sobre a nova variação do coronavírus iniciada em território brasileiro, pontuando o aumento do número de casos e a necessidade de medidas urgentes para diminuir a contaminação.

O MP-MA pontuou que novos diálogos com toda a classe empresarial ajudarão a atualizar os protocolos específicos para o atual período - considerando o Decreto n. 36.462, publicado no dia 22 de janeiro de 2021, que prevê a suspensão das comemorações de Carnaval neste ano, tanto em ambientes públicos quanto em privados.

"Nossa maior preocupação agora é conter a disseminação do coronavírus. Nós, mais do que nunca, precisamos da colaboração de toda a população, do Governo do Estado, dos órgãos e dos empresários para que sejam cumpridas as medidas, as fiscalizações e mantidas as ações de prevenção da doença. Nós precisamos fazer os movimentos corretos e esses movimentos precisam de planejamento", disse o secretário.

Ainda esta semana, serão informados novos protocolos que prevêem determinações relacionadas às festas de pré-Carnaval e Carnaval. O Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, afirma que o caminho certo começa com a união das instituições

para definir estas novas medidas. "Reunimos para que possamos fazer a coisa certa, sem ferir ninguém, para que todo mundo atue com saúde e vida", reforçou o procurador.

O Prefeito de Tuntum e Tesoureiro da FAMEM, Fernando Pessoa, afirmou que a medida tomada pelos órgãos é necessária. "Estamos vivendo um momento de crise e estamos sofrendo muito com isso. Esse momento [de atualização dos protocolos] é importante para o povo do nosso Estado. A Famem irá cumprir o que for definido", pontuou.

"Um passo importante foi dado nesta reunião, que é da classe empresarial ser ouvida. Este é um grande avanço: a busca pelo diálogo", acrescentou o empresário Marcelo Aragão.

Também participaram da reunião representantes: do Sindicato Municipal de Bares e Restaurantes (Sindebares); da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel); dos cerimonialistas e de casas de eventos e festas com público pagante.

**Site:** <https://blogdopauloroberto.com.br/2021/01/mp-ma-orienta-governo-do-estado-a-atualizar-protocolos-de-seguranca-com-segmentos-de-economia/>

# COVID-19 - MPMA reúne municípios no Sul do Estado para reforçar Recomendação sobre comemorações carnavalescas

O **Ministério Público** do Maranhão reuniu os municípios do Sul do Estado para reforçar a Recomendação que orienta os gestores a não realizarem festividades carnavalescas por conta da pandemia da Covid-19.

A reunião foi convocada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco, Eduardo André de Aguiar Lopes, e pelo titular da Promotoria de Justiça de Montes Altos, José Artur Del Toso Júnior.

Participaram do encontro os prefeitos de Ribamar Fiquene, Cociflan Silva do Amarante; de Porto Franco, Deoclides Macedo; de São João do Paraíso, Roberto Régis; a vice-prefeita de Campestre, Natália do Afonso; a prefeita de Lajeado Novo, Ana Lea; o presidente da Câmara de Vereadores de Porto Franco, Josivan Nogueira da Silva, além de representantes da Polícia Militar e demais pastas do Executivo e Legislativo.

O **promotor de justiça** Eduardo André comentou aspectos da segunda onda de Covid-19 no mundo, além de detalhes da Recomendação expedida pelo **Ministério Público** com orientações para os municípios não realizarem eventos festivos no período carnavalesco. Também comentou a respeito do Decreto Governamental nº 36.462 de 22 de janeiro de 2021, suspendendo as comemorações no Estado.

O titular de Montes Altos, Artur Del Toso, disse que entende a pressão que os gestores municipais devem sofrer para abertura do comércio local. No entanto, citou a grave situação que a cidade de Manaus passa por conta das altas taxas de transmissão e da falta de estrutura para lidar com os prejuízos da pandemia, como a escassez de oxigênio, o que resulta em muitas mortes.

Os representantes do **Ministério Público** sugeriram que os gestores realizem campanhas de conscientização nos meios de comunicação disponíveis. Além do trabalho de conscientização, todos os presentes discutiram métodos para evitar aglomerações nas datas festivas, tanto com formas de prevenção quanto de fiscalização.

O Município de Porto Franco relatou que possui centro de referência para tratamento de Covid-19 que também atende a municípios da região. A cidade atualmente contabiliza 25 casos confirmados de pessoas infectadas por coronavírus e uma internação.

**Site:** <https://omaranhense.com/covid-19-mpma-reune-municipios-no-sul-do-estado-para-reforçar-recomendacao-sobre-comemoracoes-carnavalescas/>

# Covid-19 : deputado cobra explicações sobre fechamento de leitos no MA

*gilbertoleda*

De O Estado

O deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) encaminhou ontem ofício ao Governo do Maranhão solicitando informações sobre os motivos para o fechamento de mais de 900 leitos exclusivos para pacientes com Covid-19 no estado desde junho do ano passado.

Segundo dados dos boletins epidemiológicos emitidos pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), no dia 15 de junho de 2020 havia 1.779 leitos exclusivos. Só na Grande Ilha, por exemplo, havia 752 leitos clínicos, e outros 240 de UTI.

Atualmente, o total de leitos - de UTI e clínicos - em todo o estado não passa de 860. São 919, ou 51,6% a menos, o que impacta diretamente na capacidade da rede estadual de receber pacientes infectados pelo novo coronavírus.

Para o parlamentar, falta transparência à gestão estadual. "A pandemia deixou mais evidente a falta de transparência por parte do governador Flávio Dino. Quais as razões disso [da desativação dos leitos]? Não seria melhor atuar preventivamente e manter os leitos à disposição das pessoas?", ponderou.

A cobrança ocorre no momento em que o governo estadual volta a discutir a necessidade de retomada de medidas restritivas, sob alegação de que a rede hospitalar está próxima do colapso em virtude de um nova alta de casos da Covid-19 entre os maranhenses.

Em outra frente, a SES informa que tem atuado para voltar a entregar leitos na rede estadual, enquanto cobra do governo federal que habilite 1.989 novos leitos de UTI, prorrogue o custeio para outros 257 leitos ativos e o recurso para 780 leitos já aprovados pelo Ministério da Saúde, mas pendente de disponibilidade de custeio.

Segundo Carlos Lula, secretário de Saúde do Maranhão e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), em 2021, até o momento, nenhum estado ou município conseguiu recurso do Governo Federal para custear os leitos

novos ou prorrogar o recurso dos leitos ativos.

Ainda de acordo com a SES, desde dezembro do ano passado, o Ministério da Saúde começou a desabilitar os leitos, mesmo ativos para Covid-19. Por isso, no momento, a rede de saúde da gestão estadual do Maranhão conta apenas com os leitos do Hospital Macrorregional de Caxias e do Hospital de Campanha de Pedreiras com investimentos da União.

A SES diz aguardar resposta do Ministério da Saúde para o pedido de retorno do custeio dos leitos ativos para casos da Covid-19 no Maranhão. A solicitação pede habilitação dos leitos de UTI das seguintes unidades: Hospital de Cuidados Intensivos, Hospital Dr. Carlos Macieira, Hospital Dr. Genésio Rêgo, Hospital Dr. Raimundo Lima; bem como dos hospitais macrorregionais e regionais localizados nas cidades de Presidente Dutra, Bacabal, Timon, Imperatriz, Pinheiro, Santa Inês e Hospital Lago da Pedra. Além destes, somente este mês o Governo do Maranhão abriu 22 leitos de UTI, para os quais também houve solicitação de custeio federal.

Correlata

MP e TCE apuram superfaturamento de respiradores

Ao cobrar do Estado explicações para o fechamento de leitos, Wellington do Curso lembrou, também dos processos envolvendo possível superfaturamento na compra de respiradores pelo Governo do Maranhão, via Consórcio Nordeste.

No Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão, um procedimento de controle está parado desde novembro do ano passado.

Já no **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), o **promotor de Justiça** Danilo José de Castro Ferreira, da Assessoria Especial de Investigação do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), determinou a abertura de inquérito civil contra o governo Dino para apurar "possível ocultação, por parte do Governo do Estado do Maranhão, de valores referentes a gastos realizados por meio do Consórcio Nordeste para combate à pandemia do novo coronavírus".

Conforme já detectado pelo TCE-MA, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) deixou de informar

corretamente no Portal da Transparência os gastos com as malsucedidas compras de respiradores do exterior. Segundo relatório de instrução da auditora estadual de Controle Externo Aline Vieira Garreto, apresentado ao conselheiro Antônio Blecaute, além disso houve superfaturamento na compra dos equipamento

O caso está sendo analisado em procedimento de controle pela Corte de Contas e o parecer da auditora é pela conversão do processo em Tomada de Contas Especial, "em face da gravidade das irregularidades apontadas".

Segundo a auditoria da CGU citada pela funcionária do TCE maranhense, uma pesquisa de preços foi iniciada no dia 15 de abril. Em compras efetuadas por estados e municípios, diz o levantamento, o preço médio pago por respirador mecânico foi de R\$ 87 mil.

O Maranhão, contudo, pagou quase R\$ 200 mil, em média, por cada um dos aparelhos, que sequer foram entregues, nas malfadadas tentativas de compra realizadas por intermédio do Consórcio Nordeste.

No primeiro negócio, de R\$ 4,9 milhões, cada um dos 30 respiradores custou R\$ R\$ 164.917,86. O dinheiro foi integralmente pago à HempCare Pharma, e nunca devolvido aos cofres públicos. No segundo caso, o valor subiu: cada aparelho saiu por R\$ 218.592,00 - desta feita, houve devolução do recurso, mas com prejuízo de R\$ 490 mil ao Maranhão.

**Site: <https://gilbertoleda.com.br/2021/01/28/covid-19-deputado-cobra-explicacoes-sobre-fechamento-de-leitos-no-ma/>**

# Mais um capítulo do enredo já esperado

*Jorge Aragão*

Na última segunda-feira (26), o secretário de Saúde, Carlos Lula, em entrevista coletiva, anunciou pela manhã que seriam suspensos os eventos de pequenos porte com 150 pessoas, como: casamentos, batizados, festas, enfim.

No entanto, na parte da noite do mesmo dia, Carlos Lula recuou e, mostrando fragilidade e sem nenhuma convicção da decisão tomada, voltou atrás da decisão que, pela manhã, era necessária para conter o aumento da Covid-19 no Maranhão.

Bastou o estranho recuo de Carlos Lula para surgir a especulação de um enredo já visto anteriormente na pandemia. O Governo Flávio Dino deixaria a medida "antipática" para o **Ministério Público** e o Judiciário, evitando assim o desgaste político, já que alegraria mesmo que equivocadamente, que estaria apenas e tão somente cumprindo a recomendação do **Ministério Público** e/ou decisão judicial, algo semelhante ao lockdown de 2020.

Dois dia depois, na quarta-feira (27), o **Ministério Público** se reúne com o Governo do Maranhão e outros órgãos, deixando claro a necessidade de tomar medidas mais duras para tentar diminuir a crescente da Covid-19 nas cidades maranhenses.

Depois da reunião e recomendação do **Ministério Público**, como esperado, o Governo do Maranhão deve expedir na próxima segunda-feira (1º), um novo ato normativo, fatalmente com medidas mais duras.

O ponto mais positivo da reunião é que, enfim, as autoridades resolveram fazer o óbvio ululante. Ficou acertado que o Governo Flávio Dino vai intensificar a fiscalização, junto com o **Ministério Público**, para coibir eventos irregulares em todo o Maranhão.

Se "arrocharem" com a fiscalização, evitando não só os eventos clandestinos, mas exigindo de todos o cumprimento dos decretos já existentes, fatalmente poderá se conseguir evitar a crescente dos casos de Covid-19.

De qualquer forma, não precisava ser vidente para desvendar o enredo já escrito e que teve mais um capítulo, que ainda não foi o capítulo final.

É aguardar e conferir.

**Site:**

**<https://www.blogdojorgearagao.com.br/2021/01/28/mais-um-capitulo-do-enredo-ja-esperado/>**

# Ex-prefeito de Buriti Bravo é acionado por fraude em licitação de R\$ 1,3 milhão

*Blog do Neto Weba*

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) ajuizou, em 26 de janeiro, **Ação Civil Pública** por ato de **improbidade administrativa** contra os envolvidos nas irregularidades em uma licitação, realizada em 2014, para contratar serviços de limpeza pública no município de Buriti Bravo, no valor de R\$ 1.317.720,00. Formulou a ação o **promotor de justiça** Gustavo Pereira Silva.

Baseada no Inquérito Civil nº 08/2016-PJBB, a ACP cita como requeridos o ex-prefeito, Cid Costa; o ex-secretário municipal de Finanças, Clemens Pereira; a ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Milena Silva; a empresa R. V. de S. Coelho Filho-ME e seu proprietário, Raimundo Vasco Filho.

O inquérito, relativo ao Pregão Presencial nº 031/2014, foi aberto após denúncias de vereadores do município, relatando a precariedade da estrutura da R. V. de S. Coelho, considerada incompatível com os serviços contratados.

"Constatou-se que a empresa não possuía estrutura mínima para a realização da limpeza pública do município. Também foi descoberto que a empresa recebeu dinheiro público sem contraprestação do serviço contratado, pois as pessoas que trabalhavam na limpeza pública eram escolhidas e pagas pelo prefeito", ressalta o **promotor de justiça**, na Ação.

Foi apurado que a empresa contratada é uma loja de cimento, com apenas um funcionário. Em 2016, informações do Ministério do Trabalho e Emprego demonstraram que a R. V. de S. Coelho teve RAIS negativa, ou seja, não possuiu empregados naquele mesmo ano.

Uma vistoria do **MPMA** constatou que a limpeza pública é realizada por funcionários contratados de forma verbal, pelo valor de R\$ 250, 00, e não usam Equipamentos de Proteção Individual (EPI). As carteiras de trabalho não são assinadas, e os pagamentos são feitos diretamente pelo ex-secretário de Obras.

Da mesma forma, o empresário locou seu caminhão para o Município, recebe o valor em espécie (R\$ 3 mil) e, com este, contrata um motorista para as rotas de

limpeza.

O contrato também não continha prazo de vigência e a indicação de que a duração dos serviços ficou ligada à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Não foi designado, ainda, um representante da Administração Municipal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

Além disto, foram pagos R\$ 1.407.560,70, apesar de o valor do contrato firmado ser R\$ 1.310.400,00.

O **MPMA** pede a declaração de nulidade do contrato entre a Prefeitura de Buriti Bravo e a empresa R. V. de S. Coelho Filho-ME.

Requer, ainda, a condenação dos acionados por **improbidade administrativa**, sujeitando-os a punições como perda de eventual função pública; ressarcimento integral do dano; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco a oito anos e pagamento de multa até o dobro do dano.

**Site:** <https://www.netoweba.com.br/2021/01/ex-prefeito-de-buriti-bravo-e-acionado.html>



# 15 cidades suspendem Carnaval por causa da Covid-19 no Maranhão

Até esta quarta-feira, 27, Prefeituras de 15 cidades do Maranhão tinham confirmado o cancelamento das prévias e das festas carnavalescas, segundo informações da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem). São elas: Santa Helena, Governador Nunes Freire, Presidente Dutra, São Domingos do Azeitão, Alto Parnaíba, Pio XII, Santo Amaro, Brejo, Parnarama, Timon, Lago do Junco, Vitória do Mearim, Pinheiro, São Vicente Ferrer e Chapadinha.

Os municípios seguem deliberação do governo estadual e do **Ministério Público**. No último dia 22, o governador Flávio Dino, publicou o Decreto de nº 36.462, que suspendeu as comemorações carnavalescas, tanto em ambientes públicos quanto privados. Também na semana que passou, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recomendou a todos os municípios maranhenses a observação imediata de normas e condutas para evitar a proliferação da Covid-19 durante o período do Carnaval.

Um dos tradicionais carnavais da Baixada Maranhense, que ocorre em Pinheiro, e atrai milhares de foliões, inclusive moradores da capital não vai acontecer neste ano. O prefeito daquela cidade, Luciano Genésio, declarou que devido à pandemia do novo coronavírus a festa carnavalesca foi adiada para junho. Segundo a prefeitura, neste mês vai ocorrer o "Carna-joão", uma junção dos eventos do Carnaval e São João.

Além de Pinheiro, segundo a assessoria de comunicação da Famem, já cancelaram o Carnaval, por meio de decreto, os municípios de Santa Helena, Governador Nunes Freire, Presidente Dutra, São Domingos do Azeitão, Alto Parnaíba, Brejo, Pio XII e Santo Amaro. As demais também endossaram a recomendação do **MPMA**.

**Suspensão** O prefeito de Parnarama, Raimundo Rodrigues, atendendo a recomendação do MP editou o decreto que suspendeu e revogou todas as licenças e autorizações de festas particulares ou públicas e atividades gerais na cidade que gerem aglomeração no decorrer do período de 20 de janeiro a 28 de fevereiro devido ao crescimento dos infectados do novo coronavírus.

O decreto municipal mantém o estado de calamidade pública e a obrigatoriedade do uso de máscaras em todos os locais públicos, como ruas, praças, repartições públicas, entre outros. O teor do decreto foi informado ao titular da Promotoria de Justiça de Parnarama, Carlos Pinto de Almeida Júnior, por meio de ofício, e também às secretarias municipais e as polícias Militar e Civil.

A prefeitura de Chapadinha também emitiu decreto proibindo qualquer tipo de festas e eventos que gerem aglomeração na cidade durante estes dois primeiros meses deste ano, para não aumentar os casos da Covid-19. No último dia 21, foi cancelado um show a pedido do **Ministério Público**.

Em Timon, as festas como prévias, matinês e bailes carnavalescos foram suspensas desde o último dia 16, com o objetivo de evitar aglomerações e conter o avanço do coronavírus na cidade. O secretário municipal do Governo, João Batista, fez um apelo para que os moradores cumpram as medidas sanitárias e não façam as chamadas "festas clandestinas".

A fiscalização do cumprimento das medidas será feita na cidade pela equipe da Vigilância Sanitária Municipal, Guarda Civil, Departamento Municipal de Trânsito, **Procon**, Superintendência de Limpeza Urbana e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, todos atuando em conjunto com Vigilância Sanitária Federal e Estadual, e Polícias Militar e Civil.

As festividades carnavalescas de São Vicente Ferrer também foram suspensas neste ano. O prefeito da cidade, Adriano Freitas, emitiu o decreto, no começo desta semana, e está proibido qualquer evento que gere aglomeração, e os moradores devem usar máscara. Os estabelecimentos comerciais podem funcionar, mas, devem permanecer de portas fechadas as casas de show no município.

A prefeita de Lago do Junco, Edna Fontes, pediu, por meio da sua conta do Instagram, a colaboração de todos os moradores da cidade no combate a essa pandemia e está alinhada com as novas medidas sanitárias estabelecidas com o governo estadual.

**Recomendação** No último dia 25, o MP emitiu recomendação ao município de Arari para suspender eventos durante a pandemia do coronavírus, e se

abster de promover o Carnaval em2021.

O documento foi encaminhado diretamente ao prefeito da cidade, Rui Fernandes Filho, e solicitou que o Poder Executivo se abstenha de conceder novos alvarás de festas e de realizar shows ou eventos similares, com previsão de grande público. Também foi recomendado ao delegado de Arari a não conceder novas licenças ou revogue aquelas já eventualmente concedidas para a realização de eventos festivos.\*

# MP se reúne com prefeitos para reforçar recomendação

Uma reunião virtual com representantes do **Ministério Público** e Famem ocorreu no último dia 21, para discutir o tema "Orientações sobre a prevenção da Covid-19 no período de Carnaval". Sob a coordenação do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, participaram promotores, integrantes da diretoria da Famem, prefeitos, secretários e assessores de vários municípios. As orientações foram enviadas a todos os prefeitos, às polícias Militar e Civil e a realizadores de festas de todo o estado.

peças infectadas por corona-vírus e uma internação.\*

O **Ministério Público** do Maranhão também se reuniu com municípios do sul do estado para reforçar a recomendação que orienta os gestores a não realizarem festividades carnavalescas por conta da pandemia da Covid-19. A reunião foi convocada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco, Eduardo André de Aguiar Lopes, e pelo titular da Promotoria de Justiça de Montes Altos, José Artur Del Toso Júnior. Participaram do encontro os prefeitos de Ribamar Fiquene, Co-ciflan Silva do Amarante; de Porto Franco, Deoclides Macedo; de São João do Paraíso, Roberto Régis; a vice-prefeita de Campestre, Natália do Afonso; a prefeita de Lajeado Novo, Ana Lea; o presidente da Câmara de Vereadores de Porto Franco, Josivan Nogueira da Silva, além de representantes da Polícia Militar e demais pastas do Executivo e Legislativo.

O titular de Montes Altos, Artur Del Toso, disse que entende a pressão que os gestores municipais devem sofrer para abertura do comércio local. No entanto, citou a grave situação que a cidade de Manaus passa por causa das altas taxas de transmissão e da falta de estrutura para lidar com os prejuízos da pandemia, como a escassez de oxigênio, o que resulta em muitas mortes.

Os representantes do **Ministério Público** sugeriram que os gestores realizem campanhas de conscientização nos meios de comunicação disponíveis. Além do trabalho de conscientização, todos os presentes discutiram métodos para evitar aglomerações nas datas festivas, tanto com formas de prevenção quanto de fiscalização.

O município de Porto Franco relatou que possui centro de referência para tratamento de Covid-19 que também atende a municípios da região. A cidade, atualmente, contabiliza 25 casos confirmados de

# Acusados do assassinato de mãe e filha em São Luís são submetidos a audiência de instrução

Nesta quarta-feira (27), foi realizada a primeira audiência de instrução do processo contra os três acusados das mortes de Graça Maria Pereira de Oliveira e da jovem Talita Frizeiro de Oliveira. Mãe e filha foram brutalmente assassinadas e encontradas por familiares dentro de um carro, na garagem da casa em que moravam, no bairro Quintas do Calhau, em São Luís, ano passado.

Geraldo Abade de Sousa, Maycon Douglas Rodrigues e Jefferson Santos Serpa, conforme a denúncia do **Ministério Público**, são réus pela prática do duplo homicídio qualificado.

Eles estão presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O empresário Geraldo Abade foi preso em Imperatriz, no dia 20 de junho de 2020, para onde fugiu depois do crime, e como forma de criar um álibi, que não deu certo. Ele era exmarido de Graça e é acusado de ser o mandante do crime. Foram casados por 15 anos, estavam separados a cinco, e travavam na justiça uma disputa pelos bens do casal, desde então, fato que teria motivado as mortes.

A audiência, que iniciou às 9h, foi presidida pelo juiz auxiliar da 4ª Vara do **Tribunal do Júri**, Francisco Ferreira de Lima. Os três réus e doze testemunhas estiveram presentes. Na ocasião, o **promotor de Justiça**, Valdenir Cavalcanti Lima, atuou na acusação.

Na porta do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, onde ocorreu a audiência, familiares e amigos das vítimas fizeram uma manifestação, pedindo justiça.

**Site:** <https://oprogressonet.com/edicao-digital/207/o-progresso--28-de-janeiro-de-2021>

# Casa na Praia do Meio acaba de ser alvo de operação do MP e da Polícia (Polícia)

*Luís Pablo*

O **Ministério Público** e a Polícia Militar acabaram de realizar uma operação numa casa de aluguel na Praia do Meio, em São Luís-MA.

Segundo informações repassadas ao site do Luís Pablo , o proprietário chama-se Fabiano, também proprietário da Pizzaria Laguna, na Lagoa da Jansen.

No local estava tendo uma festa com presença de menores de idade. Foram presas cinco pessoas por crime de poluição sonora, corrupção de menores e fornecimento de bebidas alcoólicas para menores.

É comum na capital maranhense essa prática de pessoas que alugam casas para realização de festas ilegais.

**Site:** <https://luispablo.com.br/policia/2021/01/casa-na-praia-do-meio-acaba-de-ser-alvo-de-operacao-do-mp-e-da-policia/>

# Deu na Veja: Prefeitura contraria norma do MS e vacinação concentrada em um só lugar causa aglomerações em São Luís

27 de janeiro de 2021



MENU **veja** BUSCAR

RADAR RADAR ECONÔMICO POLÍTICA ECONOMIA SAÚDE MUNDO CULTURA ACERVO

 **RADAR** Por Robson Bonin  
Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento. Com Evandro Éboli, Mariana Muniz e Manoel Schindwein. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

Saúde

## No Maranhão, vacinação contra a covid-19 causa...aglomeração

Em São Luís, prefeitura decidiu concentrar aplicação das doses em um único local

Por **Mariana Moriz** Atualizado em 27 jan 2021, 09h38 - Publicado em 27 jan 2021, 12h31

A coluna Radar publicada pela revista Veja em sua versão digital denunciou que a vacinação em São Luís está provocando aglomerações em consequência de decisão da Prefeitura de São Luís em concentrar as aplicações das vacinas no Centro Municipal de Vacinação, o Centrão.

“A prefeitura de decidiu fazer a aplicação dos imunizantes em um só lugar — contrariando a recomendação do plano nacional de imunização do Ministério da Saúde para que as doses sejam fornecidas às pessoas em seus locais de trabalho”, diz trecho da nota.

A Veja destaca que no último dia 22 de janeiro, segundo dados do governo do estado, a capital do Maranhão teve 102 novos casos e cinco mortes.

Diante da gravidade do assunto e para não gerar dívidas obtusas de setores ligados à administração Eduardo Brande, o blog publica abaixo, com antecipadas desculpas aos direitos autorais da publicação, print da coluna Radar, de acesso ([Aqui](#)) exclusivo aos assinantes.



RADAR Por Robson Bonin

Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento. Com Evandro Éboli, Mariana Muniz e Manoel Schindwein. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

SIGA



Saúde

# No Maranhão, vacinação contra a covid-19 causa...aglomeração

Em São Luís, prefeitura decidiu concentrar aplicação das doses em um único local

Por **Mariana Muniz** Atualizado em 27 jan 2021, 09h38 - Publicado em 27 jan 2021, 12h31

Vacinação em São Luís Reprodução/Reprodução



A vacinação contra a covid-19 em São Luís, a capital do Maranhão, tem provocado cenas já clássicas do noticiário da pandemia: muitas pessoas concentradas em um só lugar.

A prefeitura decidiu fazer a aplicação dos imunizantes em um só lugar — contrariando a recomendação do plano nacional de imunização do Ministério da Saúde para que as doses sejam fornecidas às pessoas em seus locais de trabalho.

ADVERTISING





**É preciso consistência...** [Saiba mais](#)

Fundação - Sponsored



**Escolha um parceiro de...** [Saiba m](#)

Fundação - Sponsored

Um vídeo que circula nas redes mostra a circulação de pessoas no centro de vacinação, onde as filas são estimadas em três horas. O local, ao menos, não é fechado.

Dados do governo do estado relativos ao último dia 22 mostram que São Luís teve 102 novos casos e cinco mortes.